



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário

Data	Horário	Local
10/Agosto/2022	10h	Virtual - Microsoft teams

Participantes:

Membros da Comissão:

- Jane Granzoto Torres da Silva, Conselheira do CNJ;
- Salise Sanchotene, Conselheira do CNJ
- Giovanni Olsson, Conselheira do CNJ.

Membros do Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário:

- Beatriz Lygia Dias Borges, Secretária de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça;
- Ana Cristina Machado da Rosa, Assessora-Chefe de Comunicação Social e Cerimonial do Conselho da Justiça Federal;
- Cristine Marques Genú, Secretária de Comunicação Social do Superior Tribunal de Justiça;
- Bárbara Nogueira da Silva, representante da Secretária de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal;
- Mateus Ferraz de Farias, Secretário de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Cel. Didio Pereira de Campos, Assessor de Comunicação do Superior Tribunal Militar;
- Alexandre Aguiar Bastos, representante dos Tribunais de Justiça Estaduais;
- Marcelo Vieira de Campos, representante dos Tribunais Regionais Eleitorais;
- Wanda Lúcia Ramos da Silva, representante dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- Ricardo Teixeira do Valle Pereira, representante dos Tribunais Federais; e
- Fábio Duarte Fernandes, representante dos Tribunais de Justiça Militar dos Estados.
- Rejane Neves, representante da Secretária de Comunicação Social do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

I – Devolutiva da reunião do dia 15 de junho

Deliberação: Após a saudação inicial, a Conselheira Jane Granzoto expôs o material que recebeu dos membros do Comitê.

Em seguida, foi dada a palavra ao Mateus Ferraz de Farias que apresentou de forma minuciosa a padronização realizada nos sites no âmbito da Justiça do Trabalho. O material será enviado ao Gabinete da Conselheira Jane Granzoto para compilação.

Afirmou que todos os TRT's participaram ativamente do processo de padronização e que sentiram falta de um grupo multidisciplinar. Expôs que foi encontrada dificuldade na implantação, já que nem todos os TRTs têm a mesma ferramenta de tecnologia. Narrou que o processo levou em torno de 1(um) ano e que foram concedidos aos TRTs 6 meses para adotarem o site padronizado, resultando em processo positivo.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que a Justiça do Trabalho teve um trabalho árduo, mas o resultado foi muito positivo.

A Conselheira Jane Granzoto passou a palavra a Cristine Genú para expor a forma como foi realizada a pesquisa no STJ.

A Cristine Genú afirmou que a pesquisa está no portal do STJ. Afirmou que o questionário foi sendo aprimorado porque ele é contínuo e que a pesquisa foi iniciada para que se soubesse qual o serviço mais acessado pelos usuários e que, hoje há esse formulário, em que, além dessa pergunta, questiona como o portal do STJ é avaliado, se as informações a serem obtidas estão sempre atualizadas ou se precisam ser atualizadas, se são facilmente encontradas as informações procuradas e quais são os serviços oferecidos que mais despertam o interesse desses usuários. Disse, ainda, que é recebido um feedback por meio da Ouvidoria do STJ e que os grandes problemas hoje envolvem a ferramenta, a falta de envolvimento da Secretaria de Tecnologia de Informação e a falta de padronização interna do portal, em suas páginas internas. Informou que cada área do portal tem um ícone de pesquisa de satisfação.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que recebeu do Cel. Fábio Duarte Fernandes o relatório elaborado anteriormente. No entanto, o relatório está desatualizado porque é de abril de 2021, sugerindo a atualização do relatório por ramo do Judiciário. Solicitou ao Desembargador Ricardo Pereira a atualização no âmbito da Justiça Federal.

O Desembargador Ricardo Pereira disse ser possível fazer a atualização.

A Conselheira Jane Granzoto apontou que a dificuldade maior será com a Justiça Estadual, já que os TRFs estão em menor número e possuem o Conselho da Justiça Federal.

Em relação à Justiça Militar, o Cel. Dídio Pereira de Campos afirmou que as Auditorias não possuem estrutura de Comunicação Social, que a Assessoria de Comunicação Social do STM é que presta esse apoio de Comunicação Social para as Auditorias, inclusive a gestão do portal. As Auditorias não possuem um portal independente. Colocou que estão trabalhando na modernização do site do STM, que já possui 7 anos.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que a discussão gira em torno de se saber qual o mínimo desejável para um site do Poder Judiciário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

O Desembargador Ricardo Pereira sugeriu a reunião dos secretários de Comunicação da Justiça Federal para a uniformização, informando que o TRF4 vai implantar um portal novo em agosto em que serão unificados os portais das seções judiciárias da 4ª Região.

A Conselheira Jane Granzoto passou a palavra para a Ana Cristina Machado da Rosa.

A Ana Cristina Machado da Rosa informou que as secretarias de comunicação da Justiça Federal se reúnem mensalmente e têm tratado a respeito dos portais, entendendo que as seções judiciárias também precisam fazer parte da uniformização.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que pretende até ao final do ano apresentar a proposta de uniformização à nova Direção do Conselho Nacional de Justiça.

A Ana Cristina Machado da Rosa afirmou que é necessária a participação das Secretarias da Tecnologia de Informação.

A Conselheira Jane Granzoto enfocou que a questão é multidisciplinar, mas que há uma unanimidade quanto à necessidade de padronização. Entende que o importante agora é verificarmos quais são o padrão mínimo e o máximo de padronização, respeitadas as particularidades de cada ramo do Judiciário.

O Desembargador Alexandre Aguiar Bastos afirmou que a padronização no âmbito da Justiça Estadual é necessária.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que seria interessante que o Desembargador Alexandre Aguiar Bastos atualizasse os dados do relatório realizado anteriormente (abril/2021) em relação aos Tribunais de Justiça.

A Conselheira Jane Granzoto informou que está pretendendo fazer uma reunião com todas as assessorias de comunicação social do país, a fim de conscientizá-las da necessidade de participação no projeto.

A Dra. Wanda Lúcia Ramos da Silva entendeu que se busca um padrão, respeitadas as particularidades de cada ramo e que é importante saber quem é o público alvo, para saber o que vai ser ofertado no site.

A Conselheira Salise Sanschotene afirmou estar de acordo que, tão logo se tenha os dados, seja apresentada à nova Direção do CNJ uma proposta de padronização dos sites.

O Conselheiro Giovanni Olsson entendeu que há ainda o argumento de integração de todos os tribunais na nova plataforma digital do Poder Judiciário – PDPJ, assentando que é preciso se comunicar com o usuário, saber quem é o usuário e saber o que ele quer ver.

Ana Cristina Machado da Rosa ponderou o quanto é importante que os gestores estejam conscientes da necessidade de uma assessoria de comunicação estruturada.

A Conselheira Jane Granzoto questionou se há os dados de quantitativo do quadro de cada um dos tribunais na Justiça Federal, externando que gostaria de saber como está a estrutura de Comunicação Social de cada um dos tribunais. Pediu que esses dados sejam enviados até o fim de agosto para conscientizar da importância da estrutura da Comunicação.

A Conselheira Jane Granzoto afirmou que irá tentar também conscientizar as Secretarias de Tecnologia da Informação da importância de participação no projeto.

A Bárbara Nogueira da Silva comunicou que o Instituto Justiça e Cidadania divulgou uma pesquisa que traz informações de como o cidadão enxerga a justiça.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ao final, a Conselheira Jane Granzoto afirmou que aguarda de cada um dos segmentos da Justiça os dados da estrutura das Secretarias de Comunicação e a remessa pelo Desembargador Alexandre Aguiar Bastos dos dados dos Tribunais de Justiça.

Informou que a próxima reunião será oportunamente agendada.

Jane Granzoto

Presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário